

Escrito para servir de introdução a um colóquio, este trabalho não pretende apresentar uma análise factual da acção ecuménica realçada em Portugal mas antes delinear as perspectivas abertas à Igreja no nosso país pelo movimento ecuménico e enunciar algumas das tarefas concretas que essas perspectivas sugerem .



A. Lourenço Pinheiro

I - O ECUMENISMO, DIMENSÃO DA ECLESIOLOGIA

Os pioneiros do movimento ecuménico na Igreja Católica acentuaram desde o início o que o Concílio enunciou em palavras e em gestos : o ecumenismo é co-extensivo à noção de Igreja - "não é uma especialização mas antes uma certa qualidade ou uma certa dimensão da vida de toda a Igreja" (1) .

Na verdade, do mesmo modo que a afirmação dogmática da catolicidade da Igreja implica e fundamenta a missão como atitude e tarefa permanentes, também a afirmação dogmática da sua unidade conduz à atitude ecuménica de reconciliação e à acção concreta que tal atitude exige . Esta íntima relação entre a Igreja una e o ecumenismo é claramente indicada na estrutura do decreto sobre o ecumenismo - os princípios e as sugestões concretas para o movimento ecuménico são situados no contexto do "mistério sagrado da unidade da Igreja" (2) que é concisamente descrito .

Aliás, o próprio decreto sobre o ecumenismo tem de ser visto, como todos os outros decretos de Vaticano II, à luz das constituições dogmáticas que são como que o pano de fundo em que tudo o mais se inscreve . Para além do decreto, surge a Constituição sobre a Igreja descrevendo uma fisionomia eclesial em que todos os cristãos se podem, em certa medida, reconhecer . Aí é-lhes proposta uma descrição da Igreja que se fundamenta numa análise séria da Escritura, que não se limita já ao elemento institucional mas dá relevo à comunidade do Povo de Deus na sua busca comum da santidade, que estabelece a colegialidade dos Bispos como elemento estruturante dessa comunidade, que reconhece a dupla dimensão terrestre e escatológica da Igreja, que situa as bases da fé numa justa dependência e correlação do mistério fundamental de Cristo Redentor . (3)

Se o ecumenismo está assim tão intimamente ligado à própria noção de Igreja, isso quer dizer que também em toda a realidade viva de Igreja ele deve ser manifestado . Assim, não é apenas nas Igrejas localizadas em países onde a história fortaleceu roturas e dissensões que o ecumenismo é actual e significativo ; a sua incorporação impõe-se, em atitudes e em actos, em todas as Igrejas locais . O ecumenismo é para a Igreja muito mais do que o saneamento de uma situação de rotura localizada no passado . Ele é um dado intrínseco da situação da Igreja no mundo .

Com efeito, no magnífico capítulo sobre o Povo de Deus de "Lumen gentium", surge bem claramente o designio de Deus de formas um povo único, convidando à Sua intimidade todos os homens . Aí se diz que "o povo messiânico" ... constitui todo o conjunto do género humano o germen mais seguro de unidade, de esperança e de salvação" . (4)

Mais adiante se diz da Igreja que ela é "o sacramento visível da unidade salutar" entre todos os homens . Quer dizer, a Igreja está no mundo como que antecipando uma unidade ainda em embrião ou explicitando as suas manifestações dispersas nas tentativas dos homens .

Neste contexto, é legítimo perguntar (5) se o ecumenismo não terá um significado mais amplo do que aquele que lhe é habitualmente dado . Não será o conceito de ecumenismo, no seu sentido mais lato, a expressão

"Pai, que eles sejam um para que o mundo creia que tu me enviaste" - liga indissolúvelmente a missão à unidade". Uma análise demasiado rápida dessa relação poderia fazer pensar apenas numa sucessão cronológica - um primeiro momento de unidade de uns tantos seguido de um segundo momento de irradiação apostólica a um círculo mais amplo. Parece-me que tal interpretação é puramente estática. Não se trata de dois momentos completamente distintos, mas de dois actos entretecidos na própria evolução histórica. É a cada momento que a unidade é construída como é a cada momento que o mundo é convidado a creditar. Mais ainda; a unidade invocada por Cristo para os discípulos reunidos com Ele na última Ceia ultrapassa as fronteiras da Igreja que o continua no tempo. É em cada momento a unidade de todos os homens que é testemunho perante o mundo do pecado e da recusa de Deus; no fundo, é a própria dialéctica dos homens-no-mundo, a um tempo convergindo para a unidade e dela constantemente se afastando, que aqui é invocada.

A urgência da Igreja verdadeiramente missionária postula assim constantemente o ecumenismo em todas as suas dimensões. Próprio do nosso tempo é não só o "movimento ecuménico" no seu sentido próprio, mas todo o esforço que tende à comunhão com os homens de boa vontade, que descobre plataformas de encontro onde os polemistas apenas encontrariam motivos de discórdia e dissidência, que põe em relevo o que une os homens e não o que os separa, que destrói fronteiras reais ou imaginadas, que proclama, por todas as formas possíveis, a unidade básica de todos os homens e a vocação de unidade a que a família humana é chamada para poder constituir o Povo de Deus na sua plenitude.

Reciprocamente também o ecumenismo conduz a uma nova tomada de consciência da dimensão missionária da vida cristã. Vejamos como

Sempre que a Igreja, na sua expansão missionária, enfrenta novos mundos, sempre que cristãos - homens inseridos numa cultura, numa história, numa geografia - encontram outros homens cujas apropriações socio-culturais são completamente diferentes das suas, há, para a Igreja, um perigo latente de divisão (10). Perante as opções múltiplas a que a Igreja tem então de fazer face, o perigo de rotura só pode ser evitado se existir, desde o início, um verdadeiro espírito ecuménico capaz de fazer a triagem entre o que é acidental - e deve ser sacrificado à unidade - e o que é essencial - e deve ser expresso em termos que, em vez de comprometerem a unidade, a façam brotar em formas novas. O ecumenismo, entendido como dimensão dinâmica da Igreja, antecipar-se-á a essa rotura, procurará compreender o que há de original e próprio no extracto social ou cultural atingido, não fechará a porta ao diálogo e às perspectivas ou exigências postas à evangelização pelas novas camadas com que a Igreja se confronta. Acima de tudo, o ecumenismo ajudará a entender, sem minimização para a verdadeira Fé, que "a verdade que Deus revelou no Seu Filho transcende toda e qualquer formulação da fé" (11). Rejeitando o que poderia chamar-se "imobilismo doutrinário", o ecumenismo é uma força actuante que, no seio da própria Igreja, interroga, inquieta, renova, orienta para o encontro e o diálogo, novo modo de exprimir a missão. (12)

Onde esta aguda consciência ecuménica não existe, poderá legitimamente perguntar-se se a missão atinge a vida verdadeira das gentes, se o apostolado se focaliza nos sectores de maior urgência ou, pelo contrário, se dispersa naqueles que reagem de forma mais conformista e tornam, assim, aparentemente, a missão mais eficaz. Quando não se enfrentam com realismo os problemas apostólicos que se põem num país, o perigo de divergência de opções situa-se a um plano meramente académico. Tudo o que o ecumenismo exige - a aceitação mútua, o reconhecimento do pluralismo como base da sociedade moderna, a procura de complementariedade nas soluções e opções a tomar - não tem sequer ocasião de se manifestar nessas condições, porque não se atingiu o cerne mais profundo dos problemas apostólicos.

Avivar a inquietação ecuménica, desenvolver a atitude especial que o ecumenismo requer, é, por isso, dar novo entusiasmo ao apostolado e



focalizá-lo nas zonas de maior significado para a unidade entre os homens .

Ecumenismo e renovação da Igreja

Considerar o ecumenismo como dimensão do Mistério da Igreja é afirmar que o ecumenismo está intrinsecamente ligado à renovação de toda a Igreja . Na verdade, "todo o regresso às fontes, tudo o que significar recuperação do espírito da Igreja una, tem um valor ou uma dimensão ecuménica" . (13)

O decreto conciliar sobre o ecumenismo afirma explicitamente que a renovação da Igreja é o próprio motivo do movimento para a unidade :

"Como toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa crescente fidelidade à sua vocação, esta é, sem dúvida, o motivo do movimento para a unidade . A Igreja peregrinante é chamada por Cristo a esta contínua reforma de que, enquanto instituição humana e terrena, tem sempre necessidade, de modo que algumas coisas, quer nos costumes, quer na disciplina eclesiástica e até no modo de enunciar a doutrina - que não deve ser absolutamente confundido com o depósito da fé - tenham sido, segundo as circunstâncias, observadas menos cuidadosamente e sejam oportunamente repostas na justa e devida ordem . Esta renovação tem, portanto, uma importância ecuménica singular" . (14)

Nesta perspectiva, o ecumenismo é como o fruto maduro de um longo processo de crescimento harmonioso da Igreja . Se é certo que a atitude ecuménica provoca um desejo constante de purificação e de fidelidade ao Evangelho, não é menos certo que a renovação segundo o Evangelho conduz, por seu turno, à possibilidade de verdadeiro diálogo ecuménico e a uma acção positiva nessa direcção . A Igreja Católica se aplica também a princípio que orienta todo o verdadeiro ecumenismo nas várias confissões cristãs : - "O ecumenismo abre as Igrejas à acção do Espírito levando-as a uma maior fidelidade a Cristo . Desde modo, as Igrejas convergem à medida que se renovam . O ecumenismo é um movimento de renovação evangélica e, enquanto as Igrejas crescem na imitação de Cristo avançam simultaneamente no caminho para a unidade" . (15)

Falar da acção ecuménica em Portugal é, portanto, e em primeiro lugar, falar da renovação da Igreja em Portugal . Não pretendo tocar aqui todos os aspectos em que essa renovação se me apresenta como urgente e indispensável . Limito-me apenas a enunciar aquele aspecto que o ecumenismo mais directamente exige : o da renovação orientada para uma revelação mais explícita da unidade dogmática da Igreja .

Essa revelação supõe que se tenha compreendido bem a essência da Igreja una se manifesta numa existência humana e histórica . (16) Ora um dos aspectos mais importantes desta existência histórica é a realidade da Igreja como Povo de Deus . Como é que a unidade da Igreja se revela na sua realidade existencial de Povo de Deus, destinado a ser um povo messiânico, tendo como estatuto a liberdade, tendo como lei o amor ?...

A unidade do Povo de Deus estrutura-se hoje sobre os mesmos pilares em que já assentava a comunidade dos primeiros cristãos . Deles se diz que "se mostravam assíduos ao ensino dos Apóstolos, perseveravam em comunhão fraterna, na fracção do pão e da oração" . (Act. 2, 42) Tentemos ver que conteúdo damos hoje a estes fundamentos da comunidade .

A colegialidade dos sucessores dos Apóstolos, sob o primado de Pedro, continua a ser elemento estrutural da unidade do Povo de Deus . Esta afirmação breve e seca põe no entanto algumas interrogações : Teremos nós consciência do significado dessa colegialidade envolvendo de forma bem visível toda a Igreja universal ? Estaremos nós, no tempo de inquietação que é o nosso, em condições de desejar sinceramente um magistério de carisma profético,



capaz de nos dizer a Palavra de Deus Vivo ? Compreendemos nós que, se a colegialidade dos bispos é uma realidade institucional juridicamente precisa, ela não é realmente operante senão na medida em que assenta numa colegialidade de tipo muito mais amplo que é a participação de todos na responsabilidade comum de evangelização do mundo ? Estaremos nós, cristãos em Portugal, a contribuir, por um diálogo directo, franco e, se necessário, insistente (mas sempre humilde) com os nossos bispos, para que a acção pastoral de conjunto vise os problemas reais do confronto Igreja-mundo no condicionalismo do nosso país ? Estaremos nós conscientes de que o Espírito que inspira o pastor é o mesmo que se exprime nas aspirações e realizações da comunidade cristã, desde que num e noutros a fidelidade ao Espírito seja sem mancha nem desvio ?

O segundo aspecto em que se manifesta visivelmente a unidade do Povo de Deus é a comunhão fraterna, quer dizer, a solicitude dos cristãos uns pelos outros, a sua abertura mútua, a partilha dos bens. Mais do que qualquer outro aspecto da vida cristã, era a força desta comunhão fraterna que, pelo seu testemunho, fazia crescer a Igreja nascente. No termo da descrição da forma como os cristãos partilhavam entre si os bens e mutuamente se socorriam, os Actos dos Apóstolos concluem: "Por isso o Senhor lhes enviava cada dia novos irmãos". São por demais evidentes as interrogações que daqui decorrem: Será compatível com essa comunhão o facto de viverem lado a lado cristãos que não têm pão nem teto e outros que nem sequer podem declarar oficialmente a totalidade dos seus rendimentos? Será reveladora de comunhão fraterna a atitude dos cristãos que proclamam a necessidade de reforma das estruturas sociais, enquanto, na sua vida privada, se vão distanciando cada vez mais, pela sua conigência com a civilização do consumo e do bem-estar, daqueles mesmos cujos direitos reclamam? Será compatível com a comunhão fraterna a concentração excessiva dos cristãos mais esclarecidos na capital do País, a ausência total de referência ao problema do desenvolvimento nas opções profissionais de cada um?

Finalmente a unidade do Povo de Deus fundamenta-se na "fracção do pão e na oração". Vaticano II mostrou factualmente esta relação: o seu fim último era "contribuir para a unidade dos cristãos através da renovação da Igreja" e o seu primeiro acto foi a promulgação da Constituição da Sagrada Liturgia. Vale a pena também indicar algumas pistas de reflexão. Estaremos nós a construir a unidade participando de "forma activa, consciente e fecunda" na vida litúrgica da Igreja? Através das diversas reformas que se têm sucedido desde o Concílio, tendentes a tornar essa participação cada vez mais real, sabemos nós discernir constantemente que o essencial da renovação litúrgica está na orientação da assembleia cristã para o Mistério Eucarístico que "exprime e realiza a unidade da Igreja"? (17) Estamos nós conscientes de que a Liturgia tem de se alimentar da Revelação e que supõe assim um aprofundamento crescente do "gosto saboroso da Escritura"? Compreendemos nós que a centralidade do Mistério Pascal de Cristo na história da salvação implica a existência de "uma ordem ou hierarquia das verdades da doutrina católica" (18) e que o reconhecimento dessa hierarquia de verdades é fundamental em todo o movimento para a unidade?

Todos estes elementos de revelação da unidade do Povo de Deus, indispensáveis numa renovação que conduza à unidade, não acontecem na Igreja como um todo se não forem experimentados e vividos por cada cristão. Assim é que o Concílio, ao falar dessa atitude individual, se não limitou a enunciar um acréscimo de benevolência ou uma maior abertura como sinais dessa renovação pessoal. O Concílio foi a raiz mesma dessa renovação de tal modo que tomou como ponto de partida para a prática do ecumenismo o conceito bíblico de "metanoia":

"Não pode existir verdadeiro ecumenismo sem conversão interior; pois o desejo de unidade cresce e amadurece na renovação do espírito, da abnegação própria e do pleno exercício da caridade". (19)



Fundação Cuidar o Futuro

Essa conversão interior tem de alicerçar-se no aprofundamento constante da Fé perante as grandes questões postas pelo mundo de hoje e pela Igreja na sua expansão missionária . Só é capaz de verdadeira acção ecuménica o cristão profundamente enraizado na sua própria Igreja que, para evitar a tentação dum sincretismo fácil mas sem significado, permanece atento à tradição viva da sua Igreja e a cada passo a interroga .

Reciprocamente, o esforço ecuménico, quando leal e abertamente aceite é "um caminho de purificação e de alargamento do coração e do espírito" . (20) Tal esforço não se acomoda nem na uma polémica ultrapassada nem tão pouco a uma simplificação das verdadeiras questões . Uma e outra atitude deixariam cada um na confortável posição adquirida uma vez por todas . "O trabalho ecuménico, ao contrário, põe interrogações tão radicais que elas são o princípio mesmo de uma conversão : evidentemente (...) na seriedade de uma atitude de fidelidade que se aprofunda à medida que se interroga . O ecumenismo não é um caminho de facilidade : não se salda por um menos, mas por um mais nas exigências da fé e do amor, da fidelidade e da abertura" . (21)

II - DIÁLOGO E ACCÃO ECUMÉNICA EM PORTUGAL

Referi-me até aqui ao ecumenismo, coextensivo à noção de Igreja, porque decerrente do seu mistério de Unidade : quer dizer, toquei sobretudo os aspectos doutrinários implicados nesse Mistério e as consequências que daí nascem para a conjuntura particular da Igreja Católica no nosso País . Considerarei agora a prática do ecumenismo, entendido no sentido de trabalho imediato para a unidade de todos os cristãos, implicando, conforme diz o decreto sobre o ecumenismo, um diálogo ecuménico e uma acção ecuménica .

Diálogo ecuménico

Fundação Cuidar o Futuro

Fala-se em "diálogo ecuménico" . Que quer isso dizer ? Diálogo supõe, em termos correntes, igualdade, reconhecimento do outro, aceitação do bem que ele tem a oferecer, acolhimento à troca, humildade agradecida pelo que o seu dom nos veio trazer . Serão todas estas etapas psicológicas teologicamente aceitáveis quando falamos de diálogo ecuménico ? Sem dúvida !

A primeira condição do diálogo ecuménico é o reconhecimento de que os cristãos das outras comunhões ou Igrejas são realmente, pelo baptismo, nossos irmãos em Cristo . (O decreto sobre o ecumenismo não fêz mais do que tirar as conclusões dessa igualdade, já reconhecida pela Bula Humanae Salutis, de 25 de Dezembro de 1961, de João XXIII) . Isto significa que os outros cristãos estão em comunhão conosco, comunhão imperfeita, é certo, mas nem por isso menos real . O diálogo ecuménico é assim, basicamente, diálogo entre irmãos, porque o que marca o cristão é o selo do Deus vivo - é com Cristo morrer, pelo baptismo, para o pecado, de modo a ressuscitar com Cristo para a verdadeira vida . Daí o alegre reconhecimento do outro como irmão - irmão que o era desde sempre, mas cujos laços de sangue possivelmente ignorávamos . Mas o decreto conciliar abre ainda perspectivas mais amplas ao diálogo . Não apenas os membros individuais das outras confissões que estão em comunhão conosco . Também às Igrejas ou comunhões não-católicas é reconhecida uma certa qualidade de Igreja de tal modo que se pode dizer que em todas elas o Espírito Santo actua para a salvação dos membros dessas comunhões, embora elas não possuam a totalidade dos meios de salvação que se encontram na Igreja Católica . Que significa essa "qualidade de Igreja" ? Não pode certamente ser o reconhecimento de uma multiplicidade de Igreja, porque a Igreja ou é intrinsecamente una ou não é Igreja . Um caminho possível para a interpretação teológica de tal afirmação está no reconhecimento da Igreja como uma comunidade, estruturada, é certo, mas em que os elementos institucionais servem a construção da comunidade . Nesta perspectiva, as fronteiras da Igreja deixam de ser definitivas ou canonicamente fixas e diferentes modos de lhe pertencer poderão ser considerados .



Que consequências trazem estas afirmações para o diálogo ecuménico em Portugal ? Será necessário, em primeiro lugar, tornar inteligível aos católicos a realidade desta comunhão autêntica ainda que imperfeita . Para tal, é fundamental criar uma atitude de respeito pelo protestante que tem a "ousadia" de ler a Bíblia, levar a descobrir a raiz mesma da fé cristã, acentuar a realidade da Igreja como comunidade dos que foram salvos pelo sangue de Cristo, dar ao baptismo toda a sua significação na vida cristã ... Quer dizer, não basta denunciar e banir a mentalidade que vê nas outras confissões cristãs uma "ameaça" para a missão da Igreja ; se ficarmos só aí, podemos facilmente, sobretudo perante uma população cuja cultura religiosa é fraca, abrir caminho para um relativismo duvidoso . Toda a acção que tenda a abrir os católicos ao diálogo tem de ir de par com um esforço intenso para um maior esclarecimento de cada um na fé. Só desse modo o diálogo será fecundo ao nível das Igrejas.

Com efeito, no diálogo aceita-se que se estabeleça uma troca, aceita-se que o outro nos dê alguma coisa que não possuíamos e está-se consciente dos bens que nos são próprios e que queremos partilhar. Assim, é já lugar comum dizer que, enquanto o diálogo ecuménico abriu as confissões nascidas da Reforma à necessidade de uma Igreja, realidade transcendente e anterior às Igrejas locais, a Igreja Católica redescobriu que não há diversas "fontes de Revelação" mas que a Revelação é só uma : a realidade histórica do Cristo incarnado, morte e ressuscitado, tal como no-lo revela a Bíblia, a aprofunda a Tradição e a conserva o Magistério.

Entre o diálogo e a acção há, porém, um silêncio fecundo. Estaríamos apenas a enunciar frias etapas de planeamento se não deixássemos ouvir o que nos traz esse silêncio. É ele que nos ajuda a sentir com verdadeira pena as divisões, a sofrermos com elas, a compreendermos o escândalo que elas representam para o mundo não-cristão. Parece-me que também em Portugal esse elemento de dor humilde deve ser cultivado, dor essa que não tem apenas como objecto os cristãos de outras confissões mas também a Igreja Católica, porque é a própria Igreja Católica que torna-se mais difícil exprimir, sob todos os aspectos, a plenitude da catolicidade na realidade da vida." (22)

Pilares da acção ecuménica

Estimulada pelo sofrimento perante esta mutilação da catolicidade da Igreja, a acção ecuménica, "requerida pela indispensável solidariedade que deve reinar entre os membros do Corpo Místico de Cristo", pode e deve ser preocupação de todos os católicos. Essa acção assenta, de forma imediata, em tres pilares fundamentais.

O primeiro elemento desta acção ecuménica é o diálogo institucionalizado, quer dizer, o diálogo organizado, com o objectivo bem concreto de fazer avançar a unidade entre os cristãos. Tem sido largamente explicado que o diálogo ecuménico, entendido neste sentido técnico, "só pode ser fecundo quando aqueles que nele tomam parte são verdadeiros peritos" (23). Conforme mostra o decreto conciliar, o diálogo ecuménico deve, por um lado, "exprimir de forma completa e profunda a doutrina católica" e, por outro lado, "apresentá-la em termos que correspondam à mentalidade dos irmãos não-católicos e que sejam compreensíveis para eles". (24) A síntese destas duas condições é difícil e delicada. Exige não só uma formação teológica extremamente equilibrada mas também a qualidade a que o P. Congar alude ao falar do "homem de coração ecuménico", sensível à reacção dos outros, à subtilidade das formulações, sem, por isso, atraiçoar a verdade de que quer dar testemunho. Como salvaguarda da autenticidade e fecundidade do diálogo ecuménico estabelece o decreto que ele esteja directamente dependente do Episcopado. (25) É que a acção ecuménica assim entendida é um movimento entre comunhões e não entre indivíduos.

O segundo aspecto da acção ecuménica é a oração em comum. Recomenda o decreto que, onde a situação ecuménica o justificar, se realizem em ocasiões



especiais, orções com cristãos de outras confissões. A Semana Universal de oração pela Unidade dos cristãos é sem dúvida o momento por excelência para tal iniciativa.

O terceiro aspecto da acção ecuménica é a cooperação entre os cristãos de diferentes confissões na realização das tarefas exigidas pelo bem comum. (26) Não só esta cooperação ajuda a quebrar fronteiras e a preparar na prática o caminho da unidade, como é já, perante o mundo não-cristão, testemunho da Boa-Nova de Jesus Cristo. Este é um grande campo aberto à criatividade dos cristãos.

CONCLUSÃO

Esbocei algumas grandes linhas do ecumenismo, apontando, aqui e além, as suas implicações em Portugal. Mas poderá dizer-se que a Igreja em Portugal tem uma tarefa específica no domínio ecuménico, quando existe uma tão pequena minoria de outros cristãos ?

Creio poder ~~responder~~ responder afirmativamente e em dois pontos :
O primeiro diz respeito ao "ecumenismo" no próprio seio da Igreja Católica. Vaticano II, ao abrir horizontes novos, obrigou a definir posições e assim, insensivelmente, se foram extremando campos a que uma incompleta formação teológica não é estranha. Uma Igreja una é aquela que confessa Jesus Cristo e que O reconhece antes de mais no seu seio. Numa tal Igreja estão deslocados os rótulos fáceis de "conservadores" ou "progressistas", os proselitismos isolacionistas, os extremismos que impedem a cooperação e a concórdia. Uma Igreja local que seja verdadeiramente una é já uma realidade de imenso valor ecuménico.

O segundo ponto diz respeito à renovação da Igreja em Portugal. Se ela se deixar penetrar pelo clima trazido pelo Concílio, se se aproximar das fontes primárias e se se centrar em Jesus Cristo e no Seu Evangelho, de tal modo que revele à face do mundo uma Igreja Católica inteiramente post-conciliar e, assim, inteiramente ecuménica, então a Igreja em Portugal, como em outros países de maioria católica, deixará de ser argumento constante do escândalo sentido por cristãos de outras confissões, será antes, como o desejou ardentemente João XXIII, ao convocar Vaticano II, "um convite sereno à união".

Nesse dia será possível mostrar que um país de maioria católica pode também ser o país da tolerância, da liberdade religiosa, da abertura e do diálogo; pode também ser o país onde se compreende e se vive o cristianismo, não como um rito ou como uma doutrina, mas como um Mistério de Fé; onde o Evangelho é critério aferidor de todos os actos e opções; onde a expansão missionária e o zelo apostólico podem ser tão intensos e generosos como nos países de maioria protestante. Nesse dia, seremos como todos os nossos irmãos separados parte de uma Igreja-para-o-mundo, seremos todos membros vivos de um Povo verdadeiramente de Deus.



Maria de Lourdes Pintasilgo